

# Ceticismo externo e verdade moral: entre Arquimedes e Pickwick

## *External skepticism and moral truth: between Archimedes and Pickwick*

Daniilo Elias Pereira\*

### Sumário

1. Introdução. 2. Smith e o ceticismo externo arquimediano. 3. Dworkin e a oposição ao ceticismo externo. 4. O ceticismo arquimediano como posição moral: uma tese *pickwickiana*? 5. Conclusão. Referências bibliográficas.

### Resumo

O presente artigo analisa a tese apresentada por Ronald Dworkin, no livro *Justice for Hedgehogs*, sobre a impossibilidade de existir um ceticismo moral externo genuíno, bem como as principais críticas que a ela foram endereçadas por Michael Smith, no ensaio *Dworkin on External Skepticism*. Inicialmente, detalharei as duas principais críticas de Smith contra a versão inicial da tese de Dworkin de que qualquer tipo de ceticismo moral deve ser necessariamente interno à própria moralidade. Em seguida, exporei os argumentos e as réplicas mais importantes de Dworkin contra os defensores do ceticismo externo, sobretudo Smith. Por fim, apresentarei contra-argumentos às críticas de Smith e sustentarei o acerto da tese de Dworkin. O texto será encerrado com a síntese conclusiva da posição defendida neste ensaio.

### Abstract

*The present article analyses a thesis presented by Ronald Dworkin, in Justice for Hedgehogs, about not being possible the existence of a genuine external moral skepticism, and the main critics to that thesis that was sustained by Michael Smith, in Dworkin on External Skepticism. First, I will detail Smith's two main critics against the initial version of Dworkin's thesis, to which any kind of moral skepticism must be necessarily internal to morality. Then, I will present Dworkin's most important claims and responses against external skeptics, specially Smith. Finally, I shall present objections to Smith's critics and defend Dworkin's thesis as correct. At the end of the text, there will be a conclusive synthesis of the view defended in this essay.*

\* Graduado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aluno Especial do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade de São Paulo. Promotor de Justiça do Estado de Goiás.

**Palavras-chave:** Ronald Dworkin. Michael Smith. Ceticismo externo. Moral. Verdade.

**Keywords:** Ronald Dworkin. Michael Smith. External Skepticism. Moral. Truth.

## 1. Introdução

O presente artigo contempla a análise da tese de Ronald Dworkin sobre a impossibilidade de existir um ceticismo moral externo genuíno, a qual é apresentada no livro *Justice for Hedgehogs*, e das duas principais críticas a essa concepção teórica que foram formuladas por Michael Smith, no ensaio *Dworkin on External Skepticism*.

Na citada obra, Dworkin desenvolve sua teoria da independência dos valores morais. Por meio dela, busca demonstrar que valores morais são verdadeiros e dotados de objetividade. Logo, ao contrário das visões que pretendem reputá-los inexistentes ou meramente subjetivos, os valores morais, segundo Dworkin, existem e exercem função decisiva nos aspectos mais diversos da vida em sociedade, inclusive naqueles que envolvem a institucionalidade política e a utilização do aparato coercitivo estatal.

Assim como outros temas tratados em *Justice for Hedgehogs*, a teoria da independência e objetividade dos valores morais sempre esteve presente no pensamento de Dworkin, com maior ou menor intensidade e explicitude, desde a sua primeira coletânea de artigos, publicados na obra *Taking Rights Seriously*, em 1977. Por isso, Dworkin afirma que uma parte de sua argumentação, em *Justice for Hedgehogs*, não é inovadora em seu conteúdo, e sim na forma como entendida e exposta. Na expressão por ele utilizada, trata-se de “vinhos velhos” em “novas garrafas”.<sup>1</sup>

Assim, parcela do esforço argumentativo de Dworkin, para demonstração da correção de sua teoria, envolve uma espécie de “acerto de contas” que ele faz com diversos teóricos com quem manteve interlocuções ao longo dos anos, a fim de rebater as críticas por eles apresentadas, no sentido da suposta inexistência de valores morais independentes, objetivos e verdadeiros.

Em especial, Dworkin engaja-se na refutação do ceticismo externo, elencando-o como o principal adversário teórico a ser enfrentado na primeira parte do livro.<sup>2</sup> Para Dworkin, o ceticismo externo pode ser dividido em duas categorias: o ceticismo do erro, segundo o qual todo e qualquer juízo moral é falso, e o ceticismo do *status*, que trata asserções sobre a moralidade como atividades não descritivas da realidade, e sim

---

<sup>1</sup> “There is a good deal of new wine in what follows. But there is old wine as well, and then the point, as I said much earlier, is its new bottles.” (DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 328)

<sup>2</sup> “These are the main conclusions of the first part of the book. I do not reject moral or ethical skepticism here: those are the subject of later parts. But I do reject Archimedean skepticism: skepticism that denies any basis for itself in morality or ethics.” (DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 25)

expressivas de algum outro tipo de ação humana e desprovidas de caráter descritivo (como tossir ou exibir emoções).

Independentemente de suas subdivisões, Dworkin entende que o ceticismo externo é incorreto, pois pretende se colocar acima da moralidade e fazer juízos a seu respeito enquanto se posiciona fora da moral e dentro de um suposto domínio metafísico, motivo pelo qual também o denomina de ceticismo arquimediano. Assim, a partir da argumentação desenvolvida na primeira parte da obra *Justice for Hedgehogs*, Dworkin conclui que todo e qualquer tipo de ceticismo moral deve ser necessariamente interno à própria moralidade:

*The most significant and most central theme of Dworkin's work is his rejection of all attempts to address questions in moral, legal, or political philosophy from a standpoint outside of our ordinary ways of thinking about them. He thus refuses to engage in what is sometimes taken to be the defining project of philosophy, that is, the project of finding an "Archimedean point" outside of our ordinary ways of thinking about things, a point that will give us some special purchase on the questions that we find most difficult to address.<sup>3</sup>*

A versão inicial dessa tese foi objeto de crítica por vários teóricos, a exemplo de Smith, que, no ensaio *Dworkin on External Skepticism*, pretendeu provar a insuficiência dos argumentos de Dworkin contra o ceticismo externo. Posteriormente, na edição que veio a ser publicada do livro *Justice for Hedgehogs*, Dworkin apresentou seus argumentos finais contra o ceticismo externo e as réplicas aos seus diversos opositores, especialmente Smith.

Nesse contexto, tendo como referência esse debate central sobre o ceticismo externo, o presente artigo será desenvolvido da seguinte forma: inicialmente, detalharei as duas principais críticas de Smith contra a versão inicial da tese de Dworkin de que qualquer tipo de ceticismo moral deve ser necessariamente interno à própria moralidade; em seguida, exporei os argumentos finais e as réplicas mais importantes de Dworkin contra os defensores do ceticismo externo, sobretudo Smith; por fim, apresentarei contra-argumentos às críticas de Smith e sustentarei o acerto da tese de Dworkin. O texto será encerrado com a síntese conclusiva da posição defendida neste ensaio.

<sup>3</sup> RIPSTEIN, Arthur (Ed.). *Ronald Dworkin*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 5.

## 2. Smith e o ceticismo externo arquimediano

Em seu ensaio, Smith tem como foco de crítica dois importantes argumentos de Dworkin contra o ceticismo externo. O primeiro deles consiste na alegação de que, como os juízos filosóficos acerca de juízos morais também se inserem no domínio da moral, o ceticismo externo ser correto implicaria a existência de alguma verdade no âmbito da moralidade, ainda que o conteúdo dela significasse a falsidade de todos os outros juízos morais. O segundo deles consiste na alegação de que existe uma verdade objetiva no campo da moralidade, a qual possui uma forma específica de verificação que, a despeito de sua singularidade, permite a formulação de juízos tão verdadeiros quanto aqueles formulados no domínio científico.

O contra-argumento de Smith à primeira alegação é mais concretamente voltado para a defesa do ceticismo externo do erro, porém se contrapõe às proposições que Dworkin apresenta para refutar o ceticismo externo como posição filosófica em sua integralidade.

Smith sustenta que o argumento de Dworkin decorre do fato de ele não ter a adequada compreensão do que seria realmente a tese do ceticismo externo do erro, o que o teria levado a concluir pela impossibilidade de essa posição existir sem que esteja comprometida com alguma ideia de verdade moral. Segundo Smith, Dworkin enxergaria o cético externo do erro como quem rejeita a verdade sobre certa conduta ser moralmente obrigatória ou proibida, o que invariavelmente o colocaria na posição de quem defenderia a permissibilidade da conduta em questão.

No entanto, segundo Smith, o apropriado entendimento da visão do cético externo do erro seria a de que ele também recusa o juízo de verdade ou falsidade sobre a permissibilidade da conduta. Logo, a sua posição não estaria comprometida com a prévia existência de uma verdade objetiva no domínio da moralidade:

*External error skeptics, however, should reply to this argument by stating that Dworkin mischaracterizes their view. As I understand their view, external error skeptics hold for instance, that instituting a policy of affirmative action is not obligatory, is not forbidden, and – and this is the crucial extra thing that Dworkin does not grant in characterizing their view – that such a policy is not permissible either. Moreover, there is a very natural way to understand what external error skeptics have in mind in holding this view: that no matter what moral claim we make about affirmative action, the truth of that claim presupposes the truth of something that is in fact false.<sup>4</sup>*

Para Smith, o ceticismo externo do erro deve ser entendido como uma visão para a qual os conceitos morais ordinários seriam dotados de uma incoerência não

<sup>4</sup> SMITH, Michael. Dworkin on external skepticism. *Boston University Law Review*. Vol. 90. n. 2. 2010. p. 512.

óbvia, porque as pessoas estariam normalmente comprometidas com uma série de crenças morais que, por conflitarem ou serem incompatíveis entre si, não poderiam ser verdadeiras em conjunto.

Nesse caso, para Smith, o reconhecimento dessa impossibilidade de verdade, por força de alguma incoerência não óbvia, independeria da pressuposição de que essa afirmação de inexistência de verdade também é um juízo moral, pois ela se utilizaria, para sustentar sua conclusão, apenas das inconsistências lógicas que obstarium a identificação de uma verdade objetiva no campo da moralidade.

Para ilustrar seu argumento, Smith usa o exemplo da ideia comum de que existiria um deus onisciente e onipotente. Para criticar e afirmar que um deus assim não poderia existir, Smith defende que um cético poderia fazer uma análise conceitual para mostrar que um ser onipotente teria de ser capaz de criar uma pedra com qualquer propriedade, o que incluiria a de ser inamovível até mesmo pela própria entidade divina, porém, ao mesmo tempo, de ser capaz de fazer qualquer coisa, inclusive levantar uma pedra com tal especificidade. Segundo Smith, a demonstração dessa incoerência não óbvia não colocaria o cético em posição onde estivesse invariavelmente atrelado à ideia de divindades existirem.

Com efeito, o cético externo do erro, ao mostrar as inconsistências da tese da existência de verdade no campo moral, igualmente não precisaria se comprometer com algum tipo de verdade nesse específico domínio.

Por isso, Smith sustenta que entender a correção moral como um conceito relativo a um aspecto objetivamente prescritivo de ações humanas (isto é, como algo que pode ser atribuído, mas não que possa ser descrito como se existisse na realidade objetiva), ou que há incoerência na visão que defende a verdade moral, não se trataria, em si, de um juízo moral. Para Smith, é possível formular teses filosóficas acerca da inexistência da verdade moral, sem que aludidas proposições sejam visualizadas como também de natureza moral. Assim, a posição cética a respeito da verdade moral poderia ser vista como realmente externa à moralidade:

*External error skepticism is better characterized as the view that our ordinary moral concepts contain a non-obvious incoherence. So understood, the arguments for external error skepticism evidently do not presuppose the truth of any moral claim.<sup>5</sup>*

Por sua vez, o contra-argumento de Smith à segunda alegação é mais concretamente relacionado à defesa do ceticismo externo do *status*, mas também se contrapõe às proposições de que Dworkin se utiliza para a refutação integral do ceticismo externo como posição filosófica.

<sup>5</sup> SMITH, Michael. Dworkin on external skepticism. *Boston University Law Review*. Vol. 90. n. 2. 2010. p. 516.

Smith propugna que o entendimento atual e mais apropriado do ceticismo externo do *status* não seria a defesa da impossibilidade de juízos morais poderem ser verdadeiros, e sim a ideia de que essa verdade seria própria da moralidade, distinguindo-se daquela relativa a aspectos não morais (ou fatos do mundo). Então, em vez de diferenças apenas no modo de verificação da verdade ou falsidade de juízos morais e de juízos científicos, o cético do *status* entende haver distinção na própria concepção de verdade aplicável a esses domínios da experiência humana.

Segundo Smith, o cético externo do *status* defende que juízos morais seriam expressões de crenças constituídas por estados psicológicos (atitudes ou desejos) a respeito de aspectos não morais (fatos do mundo). Nesse contexto, o cético externo do *status* conseguiria afirmar, sem entrar em contradição, que um juízo moral pode ser verdadeiro, se a verdade for entendida como de um tipo especial, consistente no estado psicológico que os indivíduos apresentam perante certos fatos.

Assim, o cético externo do *status* poderia afirmar que determinado juízo moral por ele concebido é verdadeiro (porque traduziria a expressão de uma crença constituída por um estado psicológico por ele apresentado acerca de algum fato do mundo) e, ao mesmo tempo, rejeitar a possibilidade de esse mesmo juízo moral ser objetivamente verdadeiro, isto é, de a sua veracidade ser independente de qualquer atitude ou estado psicológico de qualquer pessoa. Por exemplo, o cético externo do *status* poderia alegar ser verdade que “mentir é errado”, na medida em que isso correspondesse a um estado psicológico por ele apresentado em relação a certo fato do mundo, mas, de maneira concomitante, poderia rejeitar a ideia de que mentir seria objetivamente errado:

*To put the point another way, external status skeptics believe that the truths we express when we express our moral beliefs are in an important sense truths of a different kind from the truths that we express when we express our non-moral beliefs. Nothing Dworkin says counts against the possibility of external status skepticism, so understood.<sup>6</sup>*

A partir dessas duas principais críticas, Smith entende que, apesar de não ser excluída *a priori* a possibilidade de a insustentabilidade do ceticismo externo ser provada de alguma forma, os argumentos apresentados por Dworkin, em *Justice for Hedgehogs*, seriam insuficientes para refutar essa posição filosófica por completo.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> SMITH, Michael. Dworkin on external skepticism. *Boston University Law Review*. Vol. 90, n. 2. 2010. p. 519-520.

<sup>7</sup> “Of course, these two kinds of external skepticism might still be untenable despite all that. However, proving that they are untenable will require arguments of a very different kind from those on offer in the early parts of *Justice for Hedgehogs*.” (SMITH, Michael. Dworkin on external skepticism. *Boston University Law Review*. Vol. 90, n. 2. 2010. p. 511)

### 3. Dworkin e a oposição ao ceticismo externo

Apesar das suas subdivisões, o ceticismo externo, enquanto visão filosófica, é refutado por Dworkin por meio da tese central de que qualquer concepção que se pretenda cética a respeito da verdade moral apenas pode existir dentro da própria moralidade.<sup>8</sup>

Para demonstrar o acerto de sua tese perante a de seus opositores, especialmente Smith, Dworkin apresenta cinco argumentos principais no interior do capítulo dedicado à refutação do ceticismo externo.<sup>9</sup>

O primeiro argumento, que alicerça várias outras teses defendidas no decorrer da obra, consiste no princípio de Hume, de acordo com o qual não há como se derivar um dever-ser de um ser. No campo da moralidade, a aplicação desse princípio implica duas importantes consequências que conferem suporte à tese de Dworkin: de um lado, não há como se deduzirem valores morais (relativos ao domínio do dever-ser) de fatos do mundo (inerentes ao domínio do ser); de outro lado, não há como se refutar um juízo moral com argumentos situados fora da moralidade.

Seguindo o princípio de Hume, o segundo argumento consiste em afirmar que, se juízos morais são inerentes ao campo moral do dever-ser, então juízos filosóficos a seu respeito também estão situados dentro do mesmo domínio. Em outros dizeres, um argumento filosófico acerca da possibilidade de verdade ou falsidade de juízos morais é igualmente, em si mesmo, um juízo moral.

Com base nas proposições anteriores, o terceiro argumento consiste em apontar para a contradição lógica do ceticismo externo. Se juízos filosóficos sobre juízos morais também integram o domínio da moralidade e o cético externo defende que sua posição é verdadeira, então ele próprio está sustentando a existência de alguma verdade no âmbito da moral, ainda que o seu conteúdo propugne a falsidade de todas as demais afirmações feitas nesse campo do pensamento humano. Afinal, mesmo que só seja verdadeira a assertiva de que todos os outros juízos morais são falsos, a veracidade dessa única proposição já excluiria a possibilidade de o ceticismo externo subsistir.

Em conexão com as outras sustentações, o quarto argumento consiste em evidenciar que, como valores morais não derivam diretamente da realidade fática, o fato de existir dissenso em algumas questões morais não pode resultar na automática conclusão de que inexistiria verdade no domínio da moralidade. Nesse ponto, Dworkin ressalta que a existência de dissensos morais é superestimada, pois a convergência das pessoas em questões morais é muito maior ao longo da história. Para comprovar a sua proposição, Dworkin utiliza com frequência a tortura de bebês por mero divertimento como exemplo de como ninguém genuinamente visualizaria essa conduta como

<sup>8</sup> "I reject the idea of an external, meta-ethical inspection of moral truth. I insist that any sensible moral skepticism must be internal to morality." (DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 25)

<sup>9</sup> DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 40-68.

algo moralmente bom, o que já serviria para ilustrar que o campo da moral não é só formado de dissensos e que, em seu interior, existem juízos morais verdadeiros.

O quinto argumento principal invocado por Dworkin, para refutar o ceticismo externo, consiste em demonstrar que a verdade, no domínio da moralidade, não é verificada da mesma forma que as proposições científicas, pois estas se referem ao mundo do ser (fatos), então podem se basear em critérios de correspondência entre as afirmações científicas e a realidade empírica (ainda que também haja falhas nesse tipo de verificação). No caso dos juízos morais, a sua veracidade é aferida pela única forma admissível no âmbito do dever-ser, qual seja, por meio da melhor argumentação possível que pode ser feita a respeito de certa questão moral, o que é alcançado a partir da teoria da interpretação desenvolvida por Dworkin na segunda parte da obra.

A par desses cinco argumentos principais, Dworkin ainda formula uma réplica ao ensaio de Smith, a fim de apontar o equívoco do que chamou de “estratégia do jogo duplo” (“*two-games strategy*”), consistente na alegação de que o cético externo do *status* poderia engajar-se em dois jogos de linguagem diferentes, onde poderia defender a verdade objetiva dos juízos morais em um deles (“jogo da vida comum”) e, concomitantemente, rejeitá-la no outro (“jogo da filosofia”).

Dworkin aduz que não há como, por exemplo, alguém afirmar que “trair é errado” e, ao mesmo tempo, que esse juízo moral não é objetivamente verdadeiro (mas apenas uma projeção de uma atitude ou desejo), diante da inconsistência entre essas duas afirmações. Afinal, isso levaria à conclusão de que nem o próprio ceticismo externo de *status* poderia ser visto como algo além da projeção de um estado psicológico e, por isso, seria incapaz de ser objetivamente verdadeiro. Logo, o cético externo precisaria optar entre uma dessas alegações. Caso escolhesse a primeira, então romperia com o ceticismo, ao defender que há alguma verdade (ou seja, que “trair é errado”).

Por outro lado, se insistir que os juízos morais somente são verdadeiros na acepção de meras projeções de estados psicológicos (isto é, não são objetivamente verdadeiros), então na realidade se tornaria um cético interno, ao oferecer uma qualificação da natureza dos juízos morais em detrimento de outras possíveis, sendo essa disputa apenas suscetível de ocorrer dentro da própria moralidade:

*So though an external status skeptic might accept that “Cheating is wrong” is true, he might deny that its truth consists in the moral state of affairs of cheating being wrong. He might insist instead that its truth consists in some psychological state of affairs – of particular people having particular attitudes or desires. However, that would not help him out of the predicament I describe. He wants to be able to agree with anything substantive that a nonskeptic can say; he wants to be able to say, for instance, that the wrongness of cheating is a basic moral fact whose truth in no way depends on people’s attitudes. If he denied that very popular judgment, he would plainly be taking up a substantive moral position. His skepticism would be internal. So he wants to be*

*able to deny that the wrongness of cheating consists in a psychological state when he is playing the game of substantive morality, but assert it, saying that true moral beliefs are indeed constituted by attitudes, when he plays a distinct, philosophical, second-level game. But, as I argue in the text, he cannot do that unless he can restate the propositions in one of the two games or the other so as to make them consistent. He cannot do that, so he must choose between the two propositions. He must finally decide whether the truth of cheating being wrong is constituted just by attitudes, in which case his skepticism is internal, or whether it is constituted by the wrongness of cheating, in which case he is not a skeptic at all.*<sup>10</sup>

Com esses argumentos principais – e outros que desenvolve no capítulo destinado ao ceticismo externo –, Dworkin conclui defendendo que essa visão teórica deveria desaparecer do cenário filosófico, porquanto suas observações seriam distrações sem sentido que atrapalhariam o enfrentamento dos verdadeiros desafios a serem superados nos domínios da moral e da ética.<sup>11</sup>

#### 4. O ceticismo arquimediano como posição moral: uma tese *pickwickiana*?

Ao afirmar que qualquer ceticismo acerca da moralidade é, em si mesmo, uma posição moral, Dworkin diz que sua tese poderia soar *Pickwickiana*,<sup>12</sup> em alusão à obra *The Posthumous Papers of the Pickwick Club*, escrita por Charles Dickens, em 1836. Embora sem explicitar qual a sua verdadeira pretensão ao fazer essa referência, Dworkin sugere aludir à sátira que o livro faz das aventuras que seus vários personagens, liderados pelo protagonista (*Sr. Pickwick*), percorrem na busca pela verdade científica, a fim de ilustrar que a sua defesa da independência e objetividade dos valores morais poderia parecer, à primeira vista, meramente idealista.

Entretanto, a sólida argumentação desenvolvida por Dworkin, em *Justice for Hedgehogs*, comprova que o ceticismo externo não pode subsistir da forma como pretende se situar, isto é, em suposto ponto arquimediano de onde poderia emitir juízos sobre a moral, mas sem integrá-la.

Na primeira crítica principal a Dworkin, Smith atribui-lhe o equívoco de não compreender adequadamente o cético externo do erro, que não se comprometeria com a veracidade ou falsidade de qualquer juízo moral passível de ser formulado, ainda que por exclusão. Todavia, na tentativa de refutar os argumentos de Dworkin, Smith incorre em contradições e incorreções que enfraquecem a sua defesa do ceticismo externo.

<sup>10</sup> (DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 432).

<sup>11</sup> “External skepticism should disappear from the philosophical landscape. We should not regret its disappearance. We have enough to worry about without it.” (DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 68)

<sup>12</sup> DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. p. 40.

Ao sustentar a possibilidade de o cético não afirmar a verdade ou falsidade sobre certa conduta ser moralmente obrigatória, permitida ou proibida, Smith ignora as decorrências lógicas das respostas que o ceticismo externo pode dar a questões morais. Por exemplo, caso fosse perguntado sobre mentir ser algo moralmente errado ou não, independentemente de eventuais atitudes ou desejos dos indivíduos em geral, o cético somente poderia responder de duas formas.<sup>13</sup>

Se responder que mentir não é algo moralmente errado, invariavelmente o cético acaba assumindo uma posição moral sobre esse tipo de conduta, ao entender que ela não estaria sujeita a qualquer tipo de reprovação moral, de modo a igualmente romper com o ceticismo externo. Em contrapartida, se responder que não tem como afirmar se mentir é algo moralmente errado ou não, o cético se mostra em estado de incerteza, do qual jamais poderia derivar a automática conclusão quanto à inexistência de verdade moral objetiva, sob pena de violação do princípio de Hume. O fato de o cético não saber se algo é certo ou errado não pode resultar em conclusão relativa ao âmbito do dever-ser, isto é, acerca da inexistência de obrigatoriedade ou reprovabilidade de certa conduta.

O argumento da incoerência não óbvia dos juízos morais igualmente não se mostra convincente. Para concluir que os juízos morais não podem ser verdadeiros em sua totalidade, pois sempre entrariam em alguma contradição entre si, o cético pressupõe que, para a verdade moral existir, seria imprescindível que houvesse juízos morais integralmente coerentes, o que, por si só, já consiste em uma afirmação inerente ao campo moral, isto é, relativa aos requisitos necessários à constituição da verdade nesse domínio. Então, o princípio de Hume novamente se aplica para demonstrar que não há como alegações dessa natureza serem realizadas fora da moralidade.<sup>14</sup>

Outrossim, a “estratégia do jogo duplo” do cético externo do *status*, replicada por Smith como segunda principal crítica a Dworkin, nada mais é do que uma construção teórica que visa a conferir alibi retórico reconfortante àqueles que querem ter, nesse suposto “jogo da vida comum”, a faculdade de defender a correção de juízos morais, porém que igualmente desejam preservar a possibilidade de criticar a tese da objetividade dos valores morais, no instante em que se engajam nesse alternativo “jogo da filosofia”. Entretanto, esse recurso não descreve adequadamente como a gramática da moral ordinariamente funciona no jogo de linguagem em que ela está inserida.

Quando falam da verdade no âmbito da moralidade, as pessoas não buscam expressar a visão de certa crença cuja veracidade só sustentam quando engajadas no “jogo da vida comum”, mas que estão dispostas a recusar ao se voltarem para o “jogo

<sup>13</sup> Desde logo, é excluída a resposta “sim” a essas perguntas, a qual implicaria o rompimento com o próprio ceticismo externo, ao se reconhecer a existência de algo verdadeiramente certo ou errado no domínio da moralidade.

<sup>14</sup> “Dworkin claims that there is no threatening skeptical position against the objectivity of value. Either such skepticism is contradictory, or it is merely a roundabout way of making a moral judgment. However, he is keen to point out that there is a genuinely skeptical position that does not threaten the objectivity of value, because it derives from value itself.” (GUEST, Stephen. *Ronald Dworkin*. 3ª ed. Stanford: Stanford University Press. 2013. p. 136)

da filosofia". Quando afirmam que algo é errado, costumam argumentar que isso é objetivamente verdadeiro, e não apenas uma visão de certo tipo de "personagem" que podem assumir (o "indivíduo comum"), para, depois, através de outro "personagem" (o "filósofo"), analisarem a mesma crença de um ponto de vista supostamente externo e metafísico, com o fim de rejeitar a existência dessa verdade objetiva. Essa dualidade de posições não faz parte do jogo ordinário da linguagem moral e, portanto, é uma descrição incorreta de como a moralidade funciona na realidade.

Ademais, o cético externo do *status* incorre na mesma contradição do cético externo do erro, ao sustentar que inexistiria verdade objetiva no âmbito moral, apenas expressões de estados psicológicos. A disputa sobre a natureza dos juízos morais dá-se dentro da própria moralidade, pois há igualmente alegações nesse domínio em sentido contrário a essa hipótese. Por isso, se o cético externo do *status* estiver correto, então existe uma verdade dentro da moral, isto é, de que juízos morais têm a natureza de expressões de atitudes ou desejos internos dos sujeitos. Novamente, o princípio de Hume evidencia que não há como fazer afirmações acerca da moral de um ponto de vista neutro e externo à moralidade.

Por fim, o cético externo do *status*, na forma como apresentado por Smith, equivooca-se ao defender a existência de uma concepção diferente de verdade no domínio da moralidade em relação àquela adotada no campo científico (e não apenas uma forma distinta de verificação). As falhas e evoluções constatadas ao longo de toda a história humana não têm obstado que o conceito de verdade objetiva continue sendo utilizado na ciência como algo que existe independentemente da perspectiva subjetiva dos indivíduos. Assim, a correspondência com o mundo dos fatos é um método de verificação da veracidade da proposição científica, e não propriamente aquilo que define o conceito de verdade.

Essa conjuntura mostra igualmente inexistirem óbices ao reconhecimento da existência de verdade no domínio da moralidade, que, em virtude de ser um departamento independente e específico da experiência humana, é dotado do próprio meio de verificação da veracidade dos juízos que podem ser formulados acerca de questões morais, consistente na melhor argumentação que pode ser feita a seu respeito. Nesse contexto, a existência do ceticismo externo já serve, de maneira contraintuitiva, como argumento a favor da tese da verdade moral objetiva, porque inarredavelmente depende dela para que possa existir como corrente filosófica.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> "For even archimedean need some place to stand, as their progenitor conceded. They must assume that some of what they think (at an absolute minimum, their beliefs about good reasoning) are not just their own or their culture's invention but are true or valid-indeed "objectively" so. Otherwise they could only present their views as "subjective" displays in which we need take nothing but a biographical interest. Skepticism, in the sense of disbelief, must be built up from belief of some kind." (DWORKIN, Ronald. Objectivity and truth: you'd better believe it. *Philosophic and Public Affairs*. Vol. 25. Hoboken: 1996. p. 89)

## 5. Conclusão

Ao confrontar a tese de Dworkin contra o ceticismo externo, Smith faz referência a dois componentes dessa visão filosófica que permitiriam considerá-la ainda como válida: o argumento da incoerência não óbvia e a “estratégia do jogo duplo” (atrelada a uma concepção de verdade no domínio moral distinta do campo científico). Todavia, as críticas de Smith não comprovam a presença de equívocos nas proposições de Dworkin.

O argumento da incoerência não óbvia é anulado pelo princípio de Hume, porque o cético externo parte do pressuposto de que, para que a verdade moral existisse, seria imprescindível que houvesse juízos morais integralmente coerentes, o que, por si só, já consiste em uma afirmação inerente ao campo moral. Nesse caso, se o cético externo estiver correto, há alguma verdade na moralidade (isto é, de que os requisitos de constituição da verdade moral compreendem a coerência integral dos juízos morais), o que implica o concomitante colapso do próprio ceticismo externo.

A “estratégia do jogo duplo” falha por consistir apenas em alibi retórico para que o cético se sinta menos constrangido em se engajar na defesa de certos valores morais no debate ordinário, sem comprometer a possibilidade de, no âmbito filosófico, recusar a existência de verdade objetiva no domínio da moralidade. Portanto, não se trata de construção teórica capaz de descrever como funciona o jogo de linguagem no qual a moral está inserida, o que evidencia a sua incorreção.

Desta feita, a conclusão a ser alcançada possui conteúdo justamente oposto ao daquela inicialmente proposta por Smith: não se exclui *a priori* a possibilidade de a tese de Dworkin contra o ceticismo externo ser refutada em algum momento, porém os argumentos críticos de Smith são insuficientes para superá-la.

## Referências bibliográficas

- DWORKIN, Ronald. *Justice for hedgehogs*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- \_\_\_\_\_. Objectivity and truth: you’d better believe it. *Philosophic and Public Affairs*. Vol. 25. Hoboken: 1996.
- GUEST, Stephen. *Ronald Dworkin*. 3ª ed. Stanford: Stanford University Press. 2013.
- RIPSTEIN, Arthur (Ed.). *Ronald Dworkin*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SMITH, Michael. Dworkin on external skepticism. *Boston University Law Review*. Vol. 90. n. 2. 2010.